

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

CNPJ: 33.402.939/0001-31

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.
Vitória (ES)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as

respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Blumenau, 08 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Cleverson Luís Lescowicz

Contador CRC-SC 027535/O-0

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2019
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalente de caixa	5	22.015
Contas a receber	6	300
Tributos a recuperar	7	1.388
Adiantamentos		754
Outros créditos		131
		24.588
Ativo não circulante		
Tributos diferidos	8	1.079
		1.079
Imobilizado	9	559
Intangível	10	542.734
		543.293
Total do ativo não circulante		544.372
Total		568.960
	Nota	2019
Passivo		
Passivo circulante		
Fornecedores	11	986
Partes relacionadas	12	307
Salários e encargos sociais	13	511
Tributos a recolher	14	214
Seguros a pagar	15	295
Outras provisões	16	880
		3.193
Patrimônio líquido	17	
Capital social subscrito		593.909
(-) Capital a integralizar		(22.908)
Prejuízos acumulados		(5.234)
		565.767
Total		568.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2019
Receita operacional líquida	18	268
Custo de prestação de serviço	19	(185)
Resultado bruto		83
Despesas operacionais:		
Despesas gerais e administrativas	19	(10.960)
Resultado operacional		(10.877)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	20	4.978
Despesas financeiras	20	(414)
		4.564
Resultado antes dos tributos		(6.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.079
Prejuízo do exercício		(5.234)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

...Continuação

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

CNPJ: 33.402.939/0001-31

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019
Prejuízo do exercício	(5.234)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	(5.234)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Capital Social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar		
Constituição do capital	593.909	(593.909)	-	-
Integralização do capital	-	571.001	-	571.001
Prejuízo do período	-	-	(5.234)	(5.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	593.909	(22.908)	(5.234)	565.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado antes dos tributos	(6.313)
Depreciação e amortização	35
Provisão de despesas com partes relacionadas	307
Outras provisões	573
	(5.398)
Aumento nos ativos	
Contas a receber	(300)
Tributos a recuperar	(1.388)
Despesas antecipadas	(754)
Adiantamentos	(131)
Aumento nos passivos	
Fornecedores	986
Partes relacionadas	307
Salários e encargos sociais	511
Tributos a recolher	214
Seguros a pagar	295
Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades operacionais	(5.658)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aumento no imobilizado	(576)
Aumento no intangível	(542.752)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(543.328)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de capital social	571.001
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	571.001
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	22.015
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.015
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	22.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações do valor adicionado
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019
1. Receitas	300
Receitas de serviços e de cessão de espaço	300
2. Insumos adquiridos de terceiros	(5.888)
Custo dos serviços prestados	(185)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.703)
3. Valor adicionado bruto (1;2)	(5.588)
4. Depreciação/amortização	(35)
5. Valor adicionado líquido (3;4)	(5.623)
6. Valor adicionado recebido em transferência	4.978
Receitas financeiras	4.978
7. Valor adicionado para distribuição (5;6)	(645)
8. Distribuição do valor adicionado	(645)
Pessoal	5.222
Remuneração direta	4.118
Benefícios	1.104

Impostos, taxas e contribuições **(1.047)**
Federais e municipais (1.047)

Remuneração de capitais de terceiros **414**
Despesas financeiras 414

Remuneração de capitais próprios **(5.234)**
Prejuízo do período (5.234)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. ("Concessionária" ou "Companhia") é uma sociedade anônima e tem como objeto a prestação de serviços públicos para a expansão, manutenção e operação da infraestrutura aeroportuária, localizado na Rua Fortunato Ramos, 245 - Sala 1304, Santa Lucia, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. A Concessionária é controlada 100% pela Zurich Airport Latin America Ltda.

A Concessionária foi constituída para a operação dos terminais aeroportuários de Vitória e Macaé, após a Zurich Airport Latina America Ltda. vencer o leilão do Bloco Sudeste. O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão dos Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. no dia 05 de setembro de 2019 pelo período correspondente a 30 anos, para operação e administração dos aeroportos de Vitória e Macaé.

A Concessionária teve sua data de eficácia contratual em 03 de outubro de 2019 e seu início operacional em 20 de dezembro de 2019 em Macaé e 3 de janeiro de 2020 em Vitória. O contrato de concessão poderá ser renovado por mais 5 (cinco) anos após o término dos 30 anos. Esse contrato prevê que a Concessionária realize pagamentos de contribuições variáveis a partir do 5º (quinto) ano da concessão.

A contribuição fixa inicial, decorrente da oferta realizada no Leilão, corresponde a R\$ 440.943 (quatrocentos e quarenta milhões, novecentos e quarenta e três mil reais), a qual foi liquidada na data da assinatura do contrato, em 05 de setembro de 2019, reajustado pelo IPCA-IBGE).

Ainda, conforme estipulado em edital do Leilão referente a Concessão aeroportuária, houve indenização a INFRAERO, referente ao custeio de programas de adequação do efetivo, no valor de R\$ 85.526 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil reais).

A Concessionária se obriga a pagar à União, mediante depósito ao Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, a contribuição variável. A primeira Contribuição Variável terá como base a receita bruta referente ao quinto ano-calendário completo da concessão, contado a partir da Data de Eficácia, seguindo, a partir de então, as alíquotas e periodicidades, a considerar: (a) Quinto ano: 1,77%; (b) Sexto ano: 3,54%; (c) Sétimo ano: 5,31%; (d) Oitavo ano: 7,08%; (e) Até o final da Concessão: 8,85%. O pagamento da contribuição variável se dará no momento da apresentação das demonstrações financeiras.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Concessionária.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 08 de abril de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todo exercício apresentado nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos

Continua...

...Continuação

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

CNPJ: 33.402.939/0001-31

para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2019 não há instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresenta saldos relacionados à respectiva natureza.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e

(a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;

(b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados a valor justo com contrapartida no resultado, e ou empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos financeiros da Companhia correspondem a fornecedores, outorga a pagar, outras obrigações, impostos a pagar e empréstimos e financiamentos. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

b) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Concessionária

são oriundas de:

(i) Receita tarifárias

A Concessionária obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo

poder concedente através do Capítulo 2 (seção IV) do contrato de concessão, iniciando a partir do quinto ano, através de taxas progressivas. A Concessionária poderá, por meio de diferenciação das tarifas cobradas, praticar gerenciamento tarifário como forma de precificar os serviços prestados de maneira mais

eficiente e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária.

Destacam-se as seguintes receitas tarifárias:

(a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

(b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave até três horas após o pouso.

(c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado pela prestação de serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia a partir de três horas do pouso.

(d) Tarifa de armazenagem e capatazia

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

b) Reconhecimento de receita--Continuação

(ii) Receitas não tarifárias

A Concessionária também obtém receitas explorando atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e outros serviços prestados às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. O preço estipulado nos contratos relativos a receita não tarifária não são regidos por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

(iii) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou perda registrada no resultado do período.

d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

3 Principais práticas contábeis--Continuação

d) Imobilizado--Continuação

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método curva de demanda considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Equipamentos de informática	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado.

e) Intangível

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis e das respectivas amortizações acumuladas pelo método linear e/ou curva de demanda a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

A Concessionária possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) *Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados*
As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em

Continua...

...Continuação

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

CNPJ: 33.402.939/0001-31

uma combinação de negócios.

3 Principais práticas contábeis—Continuação**e) Intangível**--Continuação**(i) Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados**--Continuação

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários. As construções efetuadas durante a concessão serão entregues ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o OCPC 05 - item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela vida útil e curva de demanda, com base em uma estimativa da curva de amortização que ofereça razoável confiabilidade.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros (workload unit - WLU) projetadas até o final do prazo de concessão e atualizada anualmente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

(ii) Direito de concessão

Refletem o custo de aquisição do direito de operar os Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. e são amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de demanda.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Concessionária efetua o teste de valor recuperável.

3 Principais práticas contábeis—Continuação**e) Intangível**--Continuação**(ii) Direito de concessão**--Continuação

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

f) Contrato de Concessão

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do complexo aeroportuário, a ser implementada em fases:

- Fase I-A – fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária, fase concluída em 20 de dezembro de 2019, para o aeroporto de Macaé, e 03 de janeiro de 2020 para o aeroporto de Vitória;

- Fase I-B – fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço. Para o aeroporto de Vitória, o prazo é de 18 meses após a data de eficácia, onde estão previstos ampliação de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, para o aeroporto de Macaé, o prazo para as mesmas adequações é de 36 meses após a data de eficácia e para construção da nova pista de pouso e decolagem no aeroporto de Macaé, o prazo é de 60 meses após a data de eficácia.

- Fase II – cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária). Esta fase inicia-se ao final da Fase I-B.

A vigência do Contrato de Concessão será pelo prazo de 30 (trinta) anos, sendo contado a partir da data da sua eficácia datada em 03 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, uma única vez, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

O Complexo Aeroportuário foi transferido à Concessionária no estado em que se encontrava, concomitantemente à celebração do contrato de concessão.

3 Principais práticas contábeis--Continuação**f) Contrato de Concessão**--Continuação

Os investimentos para a construção da nova pista no aeroporto de Macaé serão contabilizados no intangível. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. Os bens integrantes da Concessão, decorrentes de investimentos realizados pela Concessionária, deverão ser depreciados e amortizados pela vida útil ou pelo prazo de Concessão, dos dois o menor. Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão.

A Concessionária, desde 03 de outubro de 2019 (data de eficácia do contrato de concessão), ingressou a fase I-A. Na presente data a Concessionária se encontra no 2º estágio da fase I-B do contrato de Concessão.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL),

correntes e diferidos, são calculados com base nos resultados tributáveis. As alíquotas vigentes na data do balanço são: (i) Imposto de renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para a apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os tributos diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade e aprovado pela Administração.

3 Principais práticas contábeis--Continuação**g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

h) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com pagamentos em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização desses créditos. Em 2019, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisões desta natureza.

i) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

3 Principais práticas contábeis--Continuação**j) Contas a pagar de fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

k) Provisões**Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

l) Demonstrações do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

3 Principais práticas contábeis--Continuação**m) Demonstrações do valor adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes

Continua...

...Continuação

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

CNPJ: 33.402.939/0001-31

(stakeholders).

n) Impostos sobre serviços prestados

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços prestados, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços prestados;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%;
- Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS): 5%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

o) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma nova norma, será efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Concessionária não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Concessionária não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que essas normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária no período de adoção inicial.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

o) Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

(i) Novos procedimentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

Não haverá efeitos dos pronunciamentos abaixo CPC 47 – receita de contratos com clientes, CPC 48 – instrumentos financeiros e CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil no exercício de 2019. Embora o ambiente de controles internos da Companhia tenha sido adaptado para atender todas as particularidades exigidas a estas novas normas, os impactos relacionados à aplicação destes novos pronunciamentos contábeis não trouxeram reflexos relevantes para as informações contidas nas demonstrações financeiras.

CPC 47 – Receita de contratos com clientes, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente e do CPC 48 Instrumentos financeiros

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. A companhia avaliou e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos financeiros

A Concessionária apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito da Concessionária está concentrado nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(ii) Risco de gestão de capital

A gestão de capital visa a Concessionária assegurar que mantém uma classificação de crédito forte e um capital capaz de apoiar os negócios da Concessionária, maximizando assim o retorno para o seu acionista.

2019

Concessão de serviço público -
(-) Caixa e equivalentes de caixa (22.015)
Dívida líquida (22.015)

Patrimônio líquido 565.767

Patrimônio líquido e dívida líquida **543.752**

Índice de endividamento líquido **0,00%**

A Companhia ainda não constituiu um passivo sobre o valor da concessão de serviços públicos, isso explica o índice de endividamento líquido nulo.

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

(iii) Risco de liquidez

Representa o risco de a Concessionária não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados periodicamente pelo departamento Financeiro. O excedente de caixa disponível pela Concessionária é investido em aplicações financeiras.

(iv) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: decorrente da parcela da dívida referenciada ao IPCA/IBGE relativo a concessão a pagar, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável na inflação.

Risco de taxas de câmbio: possibilidade de a Concessionária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas.

(v) Risco regulatório

As tarifas aeroportuárias utilizadas pela Concessionária são reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) com o intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão.

(vi) Análise de sensibilidade dos ativos

A Concessionária está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros e outros indexadores sobre seus ativos e passivos financeiros.

A seguir demonstramos os montantes que estão sujeitos a tais riscos, considerando três cenários: (i) cenário provável; (ii) variação de 25% e (iii) variação de 50%.

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

(vi) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Operação	Expo- sição	Risco	Ganho/ Perda (Potencial)	Cenário Provável	Cenário I + acréscimo de 25%	Cenário II + acrés- cimo de 50%
Aplicações financeiras	R\$	101%		4,44%	5,55%	6,66%
Posição em 31/12/2019	22.008	CDI		22.985	23.229	23.474
Impacto no Resultado			(Ganho)	978	1.223	1.467

b) Classificação contábil

	2019 Recebíveis
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	22.015
Contas a receber	300
Outros créditos	131
	2019
	Custo Amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	986
Seguros a pagar	295
Outras provisões	880

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros - valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam dos seus valores justos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019
Caixa e bancos	7
Aplicações financeiras	22.008
	22.015

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), com rentabilidade referenciada a 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras foram constituídas na instituição Banco Santander podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6. Contas a receber

	2019
Tarifa de embarque	8
Tarifa de pouso	129
Tarifa de permanência	56
Cessão de espaço operacional	88
Prestação de serviços operacionais	2
Outras contas a receber não tarifária	17
	300

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo inferior a 20 dias, os valores representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

Continua...

...Continuação

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

CNPJ: 33.402.939/0001-31

7. Tributos a recuperar

2019

IRPJ	961
CSLL	427
Total	1.388

O imposto de renda e contribuição social é oriundo de recolhimentos antecipados durante o ano de 2019.

8. Tributos diferidos

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(6.313)
Alíquota nominal - lucro real	34%
Tributos apurados pela alíquota vigente	2.146

Efeitos fiscais sobre as adições e exclusões permanentes:

Consultoria financeira	(1.042)
Materiais de uso e consumo	(4)
Brindes	(21)
Total	(1.067)

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda	793
Contribuição social	286
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.079

A Concessionária reconheceu impostos de renda e contribuição social diferidos no exercício de 2019 sobre prejuízos fiscais, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e aprovado pela Administração.

A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

Ano	Valor
2020	1.079

9. Imobilizado

a) Composição

	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	8	-	8
Móveis e utensílios	10	20	(17)	3

Equipamentos de informática	20	528	-	528
Instalações	10	20	-	20
Total		576	(17)	559

9. Imobilizado--Continuação

b) Mutações do ativo imobilizado no período compreendido entre 18 de abril e 31 de dezembro de 2019

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Total
Ingressos	8	20	528	20	576
Depreciação	-	(17)	-	-	(17)
Saldo em 31/12/2019	8	3	528	20	559

A Concessionária reconheceu em 2019 o montante de R\$ 576 de compras de ativos para o escritório e terminal, visto que os equipamentos já estão em uso foi contabilizado o montante de R\$ 17 de depreciação.

10. Intangível

a) Composição

	2019			
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de outorga	(*)	440.943	(10)	440.933
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	98.196	-	98.196
Móveis e utensílios	10	30	-	30
Equipamentos de informática	20	2.020	-	2.020
Ferramentas e aparelhos	10	6	-	6
Softwares	20	1.228	(8)	1.220
Criação da marca	-	92	-	92
Registro da marca	-	149	-	149
Licenças (ambiental, outras)	-	76	-	76
Instalações	10	12	-	12
Total		542.752	(18)	542.734

(*) Amortização pela curva de demanda.

10. Intangível--Continuação

b) Mutações do ativo intangível

	Direito de outorga	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equip. de informática e outros	Criação da marca	Licenças (ambiental, outras)	Instalações	Total
Ingressos	440.943	98.196	30	3.254	241	76	12	542.752
Amortização	(10)	-	-	(8)	-	-	-	(18)
Saldo em 31/12/2019	440.933	98.196	30	3.246	241	76	12	542.734

A Concessionária reconheceu em 2019 o direito de outorga e reconheceu a amortização do direito da outorga. Além da amortização de softwares na qual tem o prazo de 12 meses.

Atualmente a Concessionária está em fase de negociação junto ao BNDES para captação de recursos para construção da nova pista no aeroporto de Macaé, conforme prevista no contrato de concessão.

A curva de amortização do direito de outorga é baseada na curva de movimentação de passageiros (workload unit - WLU), projetadas até o final da concessão com base no plano de negócios da concessão.

Teste do valor recuperável

Com base no CPC 01, a Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2019. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (carrying amount), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual dos aeroportos de Vitória e Macaé. O teste é elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Não obstante, em 31 de dezembro de 2019, o saldo contábil das capitalizações no ativo intangível era inferior ao valor presente das unidades geradoras de caixa, o que indica que não há perda do valor recuperável ao longo do prazo da Concessão, dispensando a necessidade de qualquer ajuste.

A seguir se indica como procedeu-se com o teste, apresentando as premissas utilizadas a fim de obter a conclusão descrita no parágrafo acima.

10. Intangível--Continuação

Teste do valor recuperável--Continuação

Saldo do ativo intangível (Carrying Amount)

O saldo do ativo intangível utilizado está descrito e detalhado nesta nota. Resumidamente, o valor considerado para o teste de recuperabilidade advém das capitalizações, líquidas de amortização, realizadas pela Concessionária até 31 de dezembro de 2019. A maior parte do valor capitalizado diz respeito ao valor presente da Outorga Fixa, que atesta o direito da Concessionária em explorar a Concessão, e dos valores de investimentos, dispendidos pela Concessionária a fim de reformar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de seu plano de negócios.

A seguir, elucida-se a metodologia para cálculo do fluxo de atividades operacionais:

Projeção do fluxo de caixa operacional

Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre julho de 2019 e outubro de 2049, último exercício da Concessão, adotou-se melhores práticas para projeção de receitas da unidade geradora de caixa da Companhia, divididas em receitas tarifárias e receitas não tarifárias. Inicialmente considerou-se a

atual infraestrutura dos aeroportos de Vitória e Macaé e para as projeções a partir de outubro de 2024 foi considerada a estrutura da nova pista no aeroporto de Macaé.

Desse modo, a projeção de demanda de passageiros e aeronaves, constantes da unidade Terminal de Passageiros, se estabiliza assim que se alcança a capacidade operacional máxima do terminal e sistema de pistas. As receitas auferidas nesta unidade provêm das tarifas reguladas conforme estabelecido do Contrato de Concessão.

Já no caso de negócios comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente desse segmento, utilizou-se as premissas contratuais atuais, que crescem de acordo com o crescimento da demanda.

Para todos os negócios imobiliários considerou-se apenas a cessão simples de área para os empreendimentos, sem a possibilidade de a Companhia participar conjuntamente com os investimentos necessários e, portanto, podendo compartilhar os recebíveis de cada empreendimento.

10. Intangível--Continuação

Teste do valor recuperável--Continuação

Projeção do fluxo de caixa operacional

Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia ao longo do tempo. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura.

Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção baseia-se, em grande parte, no aumento da demanda de passageiros e carga. Os impostos utilizados, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicada à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 31 de dezembro de 2019 e os créditos a obter com a operação dos aeroportos ao longo dos anos que restam. Também se considerou um percentual de reinvestimento no fluxo de caixa, esse valor foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras, pois, conforme já dito, a demanda ficou estável a partir do atingimento desses limites de capacidade.

Valor presente e taxa de desconto

A partir da formatação da estimativa de fluxo de caixa operacional, conforme premissas apresentadas acima, fez-se o desconto desse a valor presente através da utilização de uma taxa de desconto. A data-base utilizada foi de dezembro de 2019, uma vez que o teste de recuperabilidade foi elaborado sobre o ativo intangível de mesma data.

Continua...

...Continuação

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

CNPJ: 33.402.939/0001-31

A taxa de desconto respeitou a consagrada metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se as premissas obtidas a partir dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Em relação ao custo de capital próprio, utilizou-se o modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade dos títulos da dívida pública brasileira, e pondera-se um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

11. Fornecedores

O montante de R\$ 986 em 31 de dezembro de 2019, refere-se a contas a pagar a diversos fornecedores, em sua maioria, gastos para assunção das operações aeroportuárias de Vitória e Macaé.

12. Partes relacionadas

A acionista Zurich Airport Latin America Ltda. cedeu alguns profissionais para realizarem trabalhos estratégicos voltados para a estruturação da Concessionária, corroborando para assunção do controle operacional de 03 de janeiro de 2020 (entrada efetiva dos Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. em Vitória, Macaé 20 de dezembro de 2019). A Concessionária reconheceu em 31 de dezembro de 2019 um passivo *intercompany* no montante de R\$ 307.

Remuneração da Administração

A remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 62.

13. Salários e encargos sociais

	2019
Salários e encargos sociais	511
	511

14. Tributos a recolher

	2019
IR Retido na Fonte	21
CSRF Retido na Fonte	63
PIS a Recolher	6
Cofins a Recolher	28
INSS a Recolher	28
ISS a Recolher	23
Taxas a Recolher	45
	214

15. Seguros a pagar

A Concessionária registrou em 31 de dezembro de 2019 um montante de R\$ 295 de seguros a pagar no passivo circulante, sendo R\$ 45 relativo a seguro de D&O, R\$ 209 relativo a seguro de responsabilidade civil e R\$ 41 relativo a seguro de riscos operacionais.

16. Outras provisões

	Adições	Reversões	Pagamentos	2019
Provisão de bônus	418	-	-	418
Provisão de trabalhistas	296	-	-	296
Provisão de fornecedores	217	(51)	-	166
Total provisionado	931	(51)	-	880

17. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Concessionária, em 31 de dezembro de 2019, está representado por 593.908.620 (quinhentas e noventa e três milhões, novecentas e oito mil, seiscentas e vinte) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Foram subscritos um montante de R\$ 593.909 tendo

sido R\$ 571.001 integralizado e o montante remanescente de R\$ 22.908 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2024.

18. Receitas e custos de serviços

	2019
Receita bruta tarifária	193
Receita bruta não tarifária	107
(-) Impostos sobre a receita	(32)
	268

A Concessionária reconheceu receita de embarque, pouso, permanência, cessão de espaço operacional, prestação de serviços operacionais e outras receitas não tarifárias no ano de 2019.

19. Custos de serviço e despesas gerais e administrativas

	2019
Custo de serviço prestado	185
Serviços de terceiros	5.703
Despesa com pessoal	4.118
Outras despesas administrativas	715
Despesas com viagens	272
Despesas com hospedagens	117
Depreciação e amortização	35
	11.145

20. Resultado financeiro líquido

	2019
Receitas financeiras	
Juros sobre aplicação financeira	4.947
Descontos obtidos	30
Outras receitas	1
	4.978

Despesas financeiras

Impostos sobre receita financeira	(231)
Despesas bancárias	(2)
Outras despesas financeiras	(181)
	(414)

Resultado financeiro líquido

4.564

21. Informações complementares

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas as seguintes transações em ativo intangível totalizando um montante de R\$ 542.734.

	Nota	2019
Valor outorga		440.943
(-) Amortização		(10)
Efeito não caixa		440.933
Adições do intangível	10	101.801
Aumento no intangível		542.734

22. Eventos Subsequentes

No fim de 2019, o mundo foi acometido numa grande pandemia, chamada Covid-19. Iniciado na China, o vírus se espalhou rapidamente por diversos países ao redor do mundo, impactando a economia global e, principalmente, a comunidade aeroportuária, atingindo diretamente as atividades e operações dos Aeroportos de Vitória e Macaé concedidos para a Companhia. Como consequência, é esperado a redução das operações durante o período de quarentena. Neste momento, devido as circunstâncias, não é possível mensurar o eventual impacto sobre as demonstrações financeiras.